
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: TERRITÓRIOS, RURALIDADES E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Pablo Ospina Peralta¹

Universidad Andina Simón Bolívar

José Astudillo²

Universidad de Cuenca

Lorena Toro-Mayorga³

Universidad Técnica del Norte

Juan Pablo Hidalgo-Bastidas⁴

Universidad Central del Ecuador

Os textos que compõem este Dossiê pretendem ser uma amostra representativa do tipo de pesquisa sobre o mundo rural, os problemas ambientais, da alimentação e a interculturalidade que estão ocorrendo no Equador. Em 2018, foi realizado o primeiro Seminário Permanente de Pesquisa sobre Territórios, Ruralidades, Meio Ambiente e Alimentação do Equador (SEPI I), onde foram apresentados cerca de duzentos trabalhos e se debateu um balanço das pesquisas sobre esses temas no novo século. Esse balanço, publicado em 2020 pela Universidade Andina Simón Bolívar, sede do Equador, propõe que o principal eixo de interesse dos estudos agrários, rurais e ambientais girou em torno do debate sobre *modelos de desenvolvimento*, tanto dominantes quanto alternativos⁵. Se nos anos 1970 o eixo central do debate agrário era a modernização capitalista do campo e nos anos 1990 a virada neoliberal nas políticas econômicas e agrárias; é evidente que nas duas primeiras décadas do século XXI se desenrola o fio de uma

¹ Graduado em História, Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Quito; Diploma Superior em Estudos da Amazônia, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Sede do Equador, Quito; Mestre em Antropologia, Universidad Iberoamericana, México D.F. Doutor (PhD) no CEDLA da Universidade de Amsterdã. <https://www.uasb.edu.ec/docente/pablo-ospina-peralta/>. E-mail: pablo.ospina@uasb.edu.ec.

² Professor - Pesquisador da Universidade de Cuenca desde 2005. Pós-Graduação em Ética Aplicada, pela Universidade Católica de Louvain, Doutor em Sociologia e Antropologia, Universidade Complutense de Madrid. Mestre em Gestão de Redes Territoriais para o Desenvolvimento Sustentável, Universidade Complutense de Madrid - Espanha. <https://portafolio.ucuenca.edu.ec/webPortafolio/faces/frmPerfil.xhtml>. E-mail: jose.astudillo@ucuenca.edu.ec.

³ Doutor em Ciências Sociais com especialização em Estudos Andinos pela FLACSO - Equador, Mestre em Artes e pela Universidade de Louisville -Estados Unidos, e arquiteto pela Universidade Central do Equador, Professor Pesquisador da Universidade Técnica do Norte do Equador. é interdisciplinar, enquadrada nos estudos rurais: território, arquitetura, gênero e interculturalidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9679-0585>. E-mail: litoro@utn.edu.ec.

⁴ Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Central do Equador e pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Gestão da Água da Universidade de Wageningen (Holanda). Sua pesquisa se concentra na ecologia política da água, relações de poder e os efeitos territoriais de megaworks hidráulicos na América Latina. É membro da aliança internacional Hidric Justice e consultor externo do Fórum Nacional de Recursos Hídricos-Ecuador. E-mail: juanhidalgo_b@hotmail.com.

⁵ Pablo Ospina Peralta, Patric Hollenstein, Sara Latorre, Lorena Toro Mayorga, Myriam Paredes, Fernando Guerrero e Stalin Herrera 2020. Los nuevos vientos del nuevo siglo. Un balance de los estudios rurales, territoriales y ambientales. En P. Ospina, Patric Hollenstein y Sara Latorre (eds.). *Territorios, ruralidades, ambiente y alimentación en Ecuador. Un balance de la investigación (2000-2019)*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, pp. 31-81.

certa continuidade temática⁶.

Esse balanço mostra que a novidade é, talvez, com relação ao passado, a tendência de afirmar e se contrapor, em quase toda a produção acadêmica e militante revisada, uma série de propostas e experiências de modelos alternativos. Diante do modelo da monocultura, se contrapõe o da agroecologia. Diante dos modelos de liberalização dos mercados, emergem as propostas de cadeias curtas, feiras locais e circuitos alternativos de comércio justo. Diante da persistente transformação dos padrões alimentares, traçam-se perfis de intensas campanhas por uma alimentação saudável e variada, e a necessidade de promoção do consumo responsável. Diante da pressão pela produção para exportação, se reivindica uma produção voltada para a soberania alimentar. Neste frequente contraste de tendências e modelos de sociedade, verifica-se sempre a insistência do modelo dominante e se analisam alguns dos seus principais efeitos já abordados nos estudos clássicos: o agravamento das injustiças na distribuição dos principais bens produtivos; a terra e a água; as persistentes lacunas de gênero que resultam na sobrecarga de trabalho das mulheres rurais não só para a reprodução, mas também para a produção agrícola para os mercados locais; os preocupantes efeitos ambientais, trabalhistas e sanitários das tecnologias da revolução verde e da expansão de monoculturas.

Continuando com esse interesse por espaços de discussão sobre realidades contemporâneas em territórios rurais, em outubro de 2020 foi realizado um encontro virtual de preparação para o segundo Seminário Permanente de Pesquisa em Territórios, Zonas Rurais, Meio Ambiente e Alimentação no Equador (SEPI II), ao qual o tema da interculturalidade foi adicionado. Em meio à pandemia, e por meios virtuais, foram apresentados cerca de 60 papers e mesas de debates que ratificaram os mesmos grandes eixos de preocupação das pesquisas em andamento. O debate acadêmico, o enfrentamento social e a diversificação das opções de políticas públicas continuam sendo marcados pela oposição ao modelo dominante de desenvolvimento rural baseado na monocultura para exportação e nos pacotes tecnológicos da revolução verde. Nesse contexto, temos o prazer de apresentar uma seleção de seis artigos elaborados por seus autores com base nas apresentações e discussões apresentadas em outubro de 2020.

Liisa North aborda o antigo problema da relação estreita que existe entre as classes dominantes rurais e as elites dominantes da América Latina e do Equador. A opção por um modelo de desenvolvimento rural que evite uma autêntica redistribuição da terra e da água, ou seja, por uma “via campesina” de desenvolvimento econômico, tem consequências em toda a estrutura econômica dos países e não apenas no setor agrícola. O autora mostra que, apesar da profunda reestruturação social, diversificação produtiva, processos de industrialização e desenvolvimento capitalista, o setor agrícola e extrativista continua a fornecer a base essencial para que os grupos econômicos tomem as rédeas do Estado no continente mais desigual do mundo. Com base em uma revisão detalhada das compilações mais recentes de pesquisas nacionais, e uma comparação estudada com a evolução do setor agrícola nos países do Sudeste Asiático, o trabalho conclui que a trajetória de desenvolvimento e as políticas agrárias profundamente relutantes em redistribuir a terra, não apenas marcam a situação precária das grandes massas rurais, mas também limitou as oportunidades de industrialização e condicionou todo

⁶ Os equilíbrios da pesquisa rural e agrária no Equador já são clássicos. ernán Ibarra 1982. Ecuador: bibliografía analítica agraria, 1900-1982. Quito: CIESE / ILDIS; Manuel Chiriboga (comp.) 1988. El problema agrario en el Ecuador. Antología de las ciencias sociales. Quito: ILDIS; y Manuel Chiriboga 2009. «Treinta años después: una reflexión sobre los estudios rurales y agrarios en Ecuador». Ecuador Debate, 76: 147-74. Luciano Martí-nez 2000. Antología de las Ciencias Sociales. Ruralidades. Quito: FLACSO Ecuador / ILDIS.

o processo de modernização capitalista nesta região. A chave para entender por que esse modelo de desenvolvimento dominante, profundamente desigual e bloqueado se tornou dominante está na influência política decisiva das elites proprietárias de terras latino-americanas.

Esteban Daza faz um balanço dos resultados econômicos setoriais da adesão do Equador, em 2016, ao Acordo de Livre Comércio assinado entre a União Europeia e a Colômbia e o Peru. É difícil encontrar uma medida individual de política pública mais alinhada com o modelo agrícola e pecuário dominante do que os acordos de livre comércio: observe que o Equador assina esse acordo em meio ao autoproclamado governo progressista de Rafael Correa. Embora este Tratado tenha o nome eufemístico de Acordo Multipartidário de Comércio entre o Equador e a União Europeia, não há dúvida, por seu formato, seus compromissos e seu conteúdo, de que se enquadra em um clássico acordo de livre comércio. Como descreve o autor, não se tratava estritamente de uma negociação, mas de uma chantagem: o Equador não lutava por nenhuma preferência tarifária de que já não gozava nos acordos de preferência tarifária anteriores, mas basicamente buscava preservá-la. Em troca de transformar essas preferências temporárias em permanentes, a União Europeia exigiu que as mantivesse se, em troca, o Equador garantisse a redução de suas tarifas e a consequente abertura de seus mercados a produtos e investimentos nos ramos comercial e industrial que eles eram de seu interesse. Daza destaca que os resultados esperados de tal negociação não são um mistério: não há indícios de que a pobreza tenha diminuído desde a entrada em vigor do acordo (janeiro de 2017), um punhado de grandes exportadores são os mais beneficiados (9 na banana, 8 no camarão, por exemplo) e as vítimas ainda precisam ser identificadas uma vez que as últimas proteções nos setores de pecuária e laticínios cairão nos próximos anos, que, no entanto, já acusaram o golpe.

A pesquisa de Paz Saavedra sobre o trabalho das parteiras indígenas, que assumem esta e outras práticas de cuidado, principalmente nas mãos de mulheres do município de Cotacachi, no norte da Serra do Equador, faz parte do grupo de estudos que buscam reivindicar os saberes locais, as práticas ancestrais e valores associados aos povos indígenas. Justamente esse tipo de prática costuma ser desacreditado pelo pensamento médico especializado e pouco valorizado pela visão modernizadora do modelo agrário dominante que desconecta os aspectos produtivos dos reprodutivos. Enquanto a pesquisa busca evitar a tentação de “romantizar” essas práticas, ela as associa intimamente ao cultivo da terra e tenta evidenciar os universos civilizadores ou os “mundos” que se constroem em torno deles. Atividades como o sepultamento da placenta ou o cuidado na reprodução de animais domésticos, vinculam de forma simbólica e prática o cuidado da gestante ao restante das atividades produtivas e reprodutivas. Para as parteiras, cuidar de seus pacientes também implica cuidar de seus territórios: a obstetrícia ancestral pode ser entendida como uma forma particular de cultivo da terra.

O trabalho de Ana María Veintimilla relaciona o fracasso na melhoria das condições de saúde dos povos indígenas, apesar do aumento do investimento em serviços de saúde nos últimos 15 anos, com as políticas do setor agrícola que têm favorecido o agronegócio limitando o acesso das mulheres, a principal produtoras de alimentos, à terra e à água. Sua pesquisa documenta os efeitos nocivos do modelo agrário não apenas, como faz Liisa North, por meio da redução dos salários rurais no modelo econômico nacional mais amplo, mas também sobre os efeitos das políticas sociais. A articulação empírica e teórica entre a política agrária voltada para o reforço do modelo dominante e o fracasso das políticas sociais de saúde, resulta na deterioração das condições e práticas alimentares no mundo rural. Com uma análise centrada

no exemplo do município de Cotacachi, que Paz Saavedra já havia investigado, Veintimilla mostra como as mulheres mais jovens tendem a mudar seus hábitos alimentares e como essa mudança está relacionada à discriminação racial que ocorre, se estende às práticas alimentares tradicionais. Embora as organizações comunitárias locais se esforcem para reverter essa discriminação, seus esforços locais não são suficientes.

Walter Ocaña e Roberto Carrillo elaboram uma contribuição sobre o caso da Reserva da Biosfera Chocó Andino, localizada na província de Pichincha, no noroeste do Equador. Na perspectiva do turismo sustentável, exploram as contradições existentes entre as diversas atividades econômicas que atualmente coexistem naquela região. Eles destacam que a Reserva é um espaço megadiverso cultural e biologicamente, onde surgem atores e iniciativas que promovem o uso responsável dos recursos naturais e culturais.

Finalmente, José Astudillo e Sandra Guzmán exploram as variações locais da proposta alternativa dos *Sumak Kawsay* em um dos territórios do povo *Shuar* no sul da Amazônia equatoriana. El *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* foi postulado no debate constitucional no Equador em 2008 e na Bolívia em 2009 como uma “alternativa ao desenvolvimento” com potencial para orientar as políticas econômicas e sociais desses países. Abandonado rapidamente por políticas governamentais práticas na década após sua adoção legal, sua existência e potencial dependem crucialmente dos modos de vida e civilização locais que priorizam a coexistência da comunidade e a harmonia com o ambiente natural em detrimento do lucro. Acima de tudo, a exploração dos significados do termo *Shuar Tarimiat Pujustin* e seu contraste com o termo mais limitado *Penker Pu-justin*, que incide sobre os serviços sociais que o Estado deve prestar, permitem aos autores reivindicar uma pluralidade de civilizações alternativas para a civilização do capital. Os autores destacam a mescla de práticas tradicionais e demandas por novos serviços que coexistem no *Tarimiat Pujustin*: não é uma pura negação da civilização moderna ou da sociedade nacional, mas uma combinação de uma sociedade como a *Shuar*, que faz há décadas tem sido envolvidos nos mercados locais de alimentos, produtos florestais, pecuária e turismo.

Embora os temas particulares desses estudos sejam variados, todos compartilham uma crítica comum ao modelo dominante de desenvolvimento rural e afirmam a oportunidade de encontrar alternativas a esse modelo nas práticas de atores locais, povos indígenas, mulheres e organizações de mulheres camponesas. Não apenas afirmam isso de forma geral, mas mostram as mediações pelas quais essas práticas desafiam a ordem e os valores dominantes e propõem uma alternativa que pode ser viável se for promovida com os instrumentos das políticas públicas: a melhoria das condições de alimentação, a associação com políticas sociais de cuidado, o aumento dos salários gerais do país quando as condições de vida no campo melhoram, a soberania alimentar e a produção local para os mercados locais. Nessas discussões, o campo, os modos de vida rurais, a produção agrícola local e as civilizações indígenas não aparecem mais como uma âncora econômica e cultural que retarda a decolagem econômica em uma sociedade dual. Tampouco são vistos como alternativa ao retorno a uma vida pastoral aposentada, harmoniosa e idílica; pelo contrário, contêm mais oportunidades do que se admitia no passado. A recente discussão sobre os prejuízos que tem o modelo econômico e agrário dominante, encontra-se com a afirmação de que existem alternativas; e que essas alternativas não serão projetadas por especialistas em engenharia social, mas estão surgindo nas práticas daqueles que resistem ao ritmo avassalador do capitalismo contemporâneo⁷.

⁷ Tradução para a língua portuguesa do original em espanhol gentilmente realizada por Marcus Cardoso.